

QUÃO DEMOCRÁTICOS SÃO OS DEMOCRATAS BRASILEIROS?¹

Gabriel Avila Casalecchi²

Flávia David³

Guilherme Quaresma⁴

1. INTRODUÇÃO

Um dos esforços da ciência política nas últimas décadas está na análise das relações entre cultura política e regime democrático. Entre os avanços registrados na área está a distinção das diferentes dimensões da legitimidade política. Nossa pesquisa pretende abordar uma delas em específico: a adesão à democracia. Muitos estudos têm demonstrado o avanço da democracia ao redor do mundo e, mais do que isso, como os cidadãos de todo o globo têm aderido aos princípios e valores do regime. Todavia, o alcance e a natureza desse avanço têm sido relativizados por outros estudiosos, sobretudo no contexto das novas democracias: sem, recusar seu avanço e importância, esses autores problematizam a “fragilidade” da adesão à democracia, dado o contexto de instabilidade social e econômica, assim como o passado autoritário.

Endossando a crítica desses estudos, entendemos que a natureza da adesão à democracia deva ser aprofundada, especialmente no caso das novas democracias, como é o Brasil. O objetivo do nosso trabalho é justamente o de qualificar a adesão à democracia dos brasileiros, observando em que medida essa atitude pode ou não retroagir em casos extremos de instabilidade econômica e social. Ou seja, até que ponto os indivíduos estão dispostos a abrir mão da escolha democrática? Entendemos que esse tipo de análise pode ajudar a qualificar o debate da legitimidade democrática no Brasil, mas também nas novas democracias de um modo mais amplo.

¹ Este trabalho é fruto das preciosas reuniões e colaborações do Grupo de Estudo de Comportamento Político desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais sob a orientação do Prof. Mário Fuks. Nesse sentido, gostaríamos de agradecer as leituras, discussões e recomendações de nossos colegas e autores: Mário Fuks, Ludmila Ribeiro, Clarice Corrêa, Geélison Silva, Matheus Araújo, Diego Cortezzi, Rafael de Oliveira, Guilherme Rodrigues, Felipe Lima.

² Bacharel em Sociologia, mestre em Ciência Política e doutorando em Ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CAPES. Contato: gacasalecchi@yahoo.com.br

³ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CNPQ. Contato: flaviafdcp@gmail.com

⁴ Bacharel em Gestão Pública, mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CAPES. Contato: gui.quaresma89@gmail.com

O artigo está dividido em três partes: na primeira traçamos uma revisão bibliográfica identificando as discussões travadas em relação ao tema da cultura política, legitimidade e adesão ao regime em velhas e, sobretudo, novas democracias; em seguida realizamos nossas análises sobre a adesão à democracia no Brasil; por fim são feitas as considerações finais abordando os principais resultados encontrados: suas limitações, virtudes e, sobretudo, suas implicações para a literatura.

2. CULTURA E LEGITIMIDADE POLÍTICA

Desde o pioneiro trabalho de Almond e Verba (1963) a ciência política tem investigado a relação entre a cultura e instituições políticas. Apesar de todas as críticas e debates em torno da obra (Barry, 1999; Almond, 1989; Diamond, 1996) o argumento levantada pelos autores continua a ser discutido: qual o papel das *orientações políticas subjetivas* dos indivíduos para a estabilidade dos regimes democráticos? Trabalhos realizados por Putnam (1996) e Inglehart e Welzel (2006) têm defendido que, de fato, o conjunto de crenças, valores e de atitudes importa não somente para a formação e estabilidade, como para aprópria qualidade da democracia. Outra contribuição importante foi dada por Norris (1999) ao defender que o apoio político – ou a legitimidade política – deva ser entendida enquanto um conceito multidimensional. Ainda que seja uma dimensão latente mais geral, o apoio político pode ser decomposto em atitudes mais ou menos autônomas entre si, tal como fez Easton (1965, 1975) ao sugerir as formas de apoio difuso e específico⁵. Norris (1999) retoma essa distinção, ampliando-a ainda mais ao propor que a legitimidade do sistema político repousa sobre cinco, e não duas dimensões que vão das mais abstratas até as mais concretas: 1) o apoio à comunidade política, 2) a adesão ao regime, 3) a avaliação de seu desempenho prático, 4) e o apoio as instituições e, por fim, aos 5) atores políticos:

Dentre as dimensões identificada Norris (1999), destaca-se como uma das mais importantes a da *adesão ao regime*: trata-se do apoio à democracia enquanto um conjunto de regras, normas, princípios e valores, ou seja enquanto um ideal político normativo. Diversas pesquisas realizadas em países da Europa e EUA têm apontado para uma clara tendência do fenômeno: a alta adesão normativa ao sistema democrático, frente a baixa desconfiança nas instituições e, também, nos atores políticos (Dalton, 1999, 2004; Inglehart, 1999; Klingmann, 1999; Norris, 2011). A explicação das

⁵ O primeiro diz respeito ao regime democrático enquanto viés normativo de apoio aos princípios ideais do regime, já o segundo se refere aos elementos que representam o sistema prático, ou seja, apoio as instituições, atores e etc. (Easton, 1965, 1975).

diferentes direções dessas atitudes passa pela emergência do chamado “cidadão crítico” (Norris, 1999): trata-se do indivíduo capaz de distinguir o funcionamento concreto das instituições de suas razões e justificativas normativas. Justamente por aderir ao regime enquanto conjunto de normas, valores e princípios, torna-se mais exigente quanto a ele. Ao invés de representar uma ameaça à democracia, o cidadão crítico deveria ser considerado como um instrumento de aprimoramento democrático.

A explicação do cidadão crítico foi recebida de forma cautelosa na América Latina e, de forma geral, por outros países de chamada “terceira onda democrática” (Huntington, 1999). Como admitiam os próprios autores (Dalton, 1999, 2004; Kligemann, 1999; Norris, 1999), os resultados encontrados e o quadro teórico esboçado são mais adequados aos países industriais avançados, que experimentaram quadros crescimento econômicos e de processos democráticos estáveis ao longo dos anos. Dalton (1999, 2004) chama a atenção para o fato que as novas democracias não dispõem de uma forte tradição cultura democrática, o que as tornam mais dependentes do resultado prático do regime, ou seja, do seu efetivo desempenho.

Mishler e Rose (1999), por sua vez, defendem a necessidade de uma “reconceitualização” do apoio político ao estudar os casos das “novas democracias” surgidas na Europa após a queda do regime comunista: ao contrário das “velhas democracias” esses países enfrentam o desafio de reconstituição do Estado em um quadro sócio-político em que seus cidadãos têm a experiência tanto do novo quanto do antigo regime. Há, portanto, uma “memória política” que muda o quadro de avaliação dos atores políticos e da própria dinâmica de construção do apoio político. Nesse cenário, a insatisfação com o desempenho prático do regime e a desconfiança nas novas instituições exercem uma forte pressão sobre o novo governo:

An upward trajectory of public support is even more important to new democracies and those in the process of democratization. Democratizing regimes not only confront greater political stresses, they also lack the institutions and leaders which enable older, established democracies to cope with political challenges (Mishler & Rose, 1999, p. 79)

De fato, esses “desafios” têm sido a tônica dos estudos nas “novas democracias” na Ásia (Dalton & Ong, 2005; Shin, 2003; Shin, 2010) na África (Bratton, 2007; Bratton & Mattes, 2007), e também na Europa (Monteiro, Ghunter & Torcal, 2003; Fuchs, 1997; Mishler & Rose, 2001; Mishler & Rose, 2005). Enfoque semelhante têm

ocorrido nos estudos da América Latina, com especial atenção para o problema da “desconfiança” política nos partidos políticos e, sobretudo, casas legislativas (Lagos, 1997; Power & Jamison, 2005; Moisés, 2010; Rennó, et. al., 2011).

Seguindo essa linha de análise que problematiza as atitudes políticas no contexto das “novas democracias”, Colen (2008) e Moisés (2008) e Carrion (2009) têm importantes contribuições a respeito da adesão à democracia no Brasil e na América Latina. Partindo da crítica de Mishler e Rose (1999), Colen (2008) agrega três medidas de adesão à democracia⁶ e através de uma análise agrupamento encontra que: 31,5% dos indivíduos têm um perfil de não apoio ao regime democrático, 25,5% adotam atitudes ambivalentes ou indiferentes em relação a ele e apenas 39,8% apresentam um perfil de apoio à democracia. Através do cruzamento de dois indicadores⁷ Moisés (2008) realiza uma análise semelhante observando que no Brasil 40% dos brasileiros são democratas, 53,7% são ambivalentes em sua escolha e 6,3% são autoritários. Por fim, em seu estudo com países da América Latina, Carrion (2009) propõe uma análise pouco diferente de Colen (2008) e Moisés (2008) – mas com a mesma intenção de a adesão à democracia – ao comparar a média de apoio à golpes políticos em casos de desemprego, delinquência e corrupção entre os indivíduos que dizem apoiar a democracia. Os resultados são reveladores: 29,2% dos cidadãos que dizem preferir o regime democrático consideraram justificável o golpe militar nos casos descritos acima.

Todos esses estudos colocam em pauta a necessidade de qualificação da adesão à democracia. Como eles deixam claro, entre os “democratas” e os “autoritários” boa parcela dos indivíduos adota atitudes ambivalentes e que oscilam em sua convicção. Essas atitudes, ressalta-se, são ainda mais importantes em um contexto como o do Brasil: de grandes desigualdades sociais e de passado autoritário. Nossa pesquisa

⁶ São elas: 1) Com qual das seguintes frases você está mais de acordo: a) a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, b) Em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível a um governo democrático, c) Para pessoas como eu não importa se o regime é democrático ou não;. 2) Você está muito de acordo, de acordo, em desacordo ou muito em desacordo com a seguinte afirmação: A democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo;. 3) a) Apoiaria um governo militar em substituição ao governo democrático se as coisas ficasses difíceis, ou b) não apoiaria em nenhuma circunstância um governo militar.

⁷ Foram considerados democratas os entrevistados que concordaram com a afirmação de que “a democracia é o melhor sistema de governo”, malgrado os seus problemas, e também que, na segunda questão, escolheram a alternativa segundo a qual “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”; foram considerados autoritários os entrevistados que discordaram da afirmação de que “a democracia é o melhor sistema de governo” e que preferiram um “governo autoritário em algumas circunstâncias”; e, finalmente, foram considerados ambivalentes os entrevistados que concordando que “a democracia é o melhor sistema de governo”, preferiram, na segunda questão, as alternativas relativas a um “governo autoritário em algumas circunstâncias” e “tanto faz um regime democrático ou autoritário”; também quem concordou com a afirmação de que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, na segunda questão, mas discordou de que “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”, na primeira questão, foi computado como ambivalente.

pretende contribuir com essa discussão, realizando análise mais semelhante a de Carrion (2009), buscando compreender até que ponto os cidadãos que aderem à democracia no Brasil estão realmente comprometidos com a sua escolha ou se, mediante de situações de adversidade social e econômica, aceitam medidas autoritárias. Até que ponto o ideal normativo se conjuga com a experiência prática/real da democracia no Brasil? Podemos de fato afirmar a legitimidade do sistema democrático no Brasil?

3. ADESÃO À DEMOCRACIA NO BRASIL

A questão “clássica” de mensuração utilizada em diversos surveys, especialmente nas “novas democracias”, é a chamada hipótese de Churchill que enfatiza a competição entre os regimes políticos. Ela é feita apresentando as seguintes opções: para você, a democracia é preferível a qualquer forma de governo; em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível à um democrático; para pessoas como eu, dá no mesmo um regime democrático ou um regime não democrático. Dessa maneira os democratas são os que, mesmo diante de todas as falhas que o regime possa apresentar, entendem que a democracia é a melhor – ou a menos a “menor pior” – forma de governo quando comparada as suas possíveis alternativas.

Nossa investigação começa também dessa questão. Pode-se observar, a partir da Tabela 1, que 60,6% dos brasileiros acreditam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Por sua vez, 14,3% consideram o tipo de regime indiferente e 16,9% consideram que em algumas circunstância um governo autoritário pode ser preferível. Há, ainda, 8,2% que não responderam a pergunta. Segundo Linz e Stepan (1996), a consolidação do regime democrático depende, além dos fatores institucionais, de que a maioria da opinião pública acredite que os novos procedimentos e instituições constituam o modo mais apropriado de governo da vida coletiva. Pode-se dizer através dessa ótica que o regime no Brasil é relativamente consolidado.

TABELA 1 – Percentual de adesão à democracia no Brasil: “Agora mudando de assunto, com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. Está mais de acordo:”

Categorias	Perc. (%)
Tanto faz um regime democrático ou um não democrático	14,3
A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	60,6
Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível	16,9
NS/NR	8,2
Total	100,0

Foi utilizado o peso estratificado para a correção do percentual de respondentes.

Fonte: Barômetro das Américas 2012 – LAPOP

Essa conclusão, todavia, conforme já sinalizado por Colen (2008) e Moisés (2008) carece de maior cuidado especialmente nas “novas democracias” marcadas por trajetórias autoritárias e de instabilidade econômica, como é o caso do Brasil. Ainda que a maioria dos cidadãos afirme aderir à democracia, pode-se questionar: quão democráticos são os democratas brasileiros? Para aprofundar essa questão – conforme recomendam muitos críticos da mensuração das atitudes de adesão ao regime (Seligson & Booth, 2006; Schedler & Sarsfield, 2004; Carrion, 2009) – é necessário ir além da questão direta e acrescentar outras, observando, posteriormente, a coerência ou congruência entre elas. Por isso, além da adesão à democracia, utilizamos outras variáveis que indicam ou não a preferência do público pelo regime e, mais importante ainda do que isso, até que ponto são “firmes” de suas escolhas.

Para começar, a Tabela 2, abaixo, demonstra o percentual de brasileiros que afirmam a dissolução do Congresso e do STF – instituições fundamentais para o regime democrático – pelo presidente em casos de dificuldades. Pode-se ver que 14,3% acham a medida justificável no caso do Congresso e 12,1% no caso do STF. Apesar de ser minoria, não se deve perder de vista que, somada ao percentual de não resposta, ela responde por nada mais do que 1/5 de toda a população do país.

TABELA 2 – Percentuais de respostas das questões: “O(A) sr./sra. acredita que quando o país está enfrentando dificuldades é justificável que o presidente da república feche o Congresso e governe sem o Congresso?” e “O(A) sr./sra. acredita que quando o país está enfrentando dificuldades é justificável que o presidente da república dissolva o Supremo Tribunal Federal e governe sem o Supremo Tribunal Federal?”

Quando o país está enfrentando dificuldades justifica o presidente dissolver e governar sem o...	Seria Justificado	Não se Justifica	NS/NR	Total
Congresso	14,3%	80,1%	5,6%	100,0%
Supremo Tribunal Federal	12,1%	80,7%	7,2%	100,0%

Foi utilizado o peso estratificado para a correção do percentual de respondentes.
Fonte: Barômetro das Américas 2012 – LAPOP

A Tabela 3 mostra os dados para a admissão de um golpe militar nos casos de desemprego, criminalidade e corrupção. Pode-se ver que, mais ou menos no mesmo patamar das questões anteriores, cerca de 15% dos brasileiros acha justificável um golpe no caso de desemprego muito alto. Todavia, esse percentual aumenta em relação às demais atitudes. Por volta de 35% dos brasileiros acreditam que um golpe militar possa ser justificado quando há muito crime ou diante de muita corrupção. Trata-se, sem dúvidas, de uma quantidade que não deve ser desprezada e que revela, ao mesmo tempo em que reforça, traços importantes da cultura política no Brasil encontrados por Colen (2008) e Moisés (2008): apesar da alta adesão, grande parte dos brasileiros admite uma intervenção autoritária em casos de instabilidade econômica ou social.

TABELA 3 – Percentuais de respostas das questões: “Diante de desemprego muito alto seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?”; “Quando há muito crime seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?”; “Diante de muita corrupção seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?”.

Justificaria um golpe militar...	Seria Justificado	Não se Justifica	NS/NR	Total
Diante de desemprego muito alto	14,3%	80,7%	5,0%	100,0%
Quando há muito crime	34,5%	61,3%	4,2%	100,0%
Diante de muita corrupção	34,8%	61,1%	4,1%	100,0%

Foi utilizado o peso estratificado para a correção do percentual de respondentes.
Fonte: Barômetro das Américas 2012 – LAPOP

Nosso foco, no entanto, é entender como essas atitudes que admitem um retorno de medidas autoritárias estão distribuídas entre os diferentes perfis de adesão ao regime. Portanto, o próximo passo de nossa análise foi o cruzamento entre a questão “clássica” de adesão à democracia com as demais que indicam a possibilidade de intervenções autoritárias, seja por parte do presidente, seja através de um golpe militar.

A Tabela 8 indica que 13,4% dos democratas acham justificável a dissolução do Congresso pelo presidente quando o país enfrenta dificuldades. Esse percentual é levemente maior entre os indiferentes e os autoritários. É interessante sublinhar, apesar do pequeno número, como que ao menos 10% dos indivíduos que afirmam preferir o regime democrática aceitam a possibilidade de dissolução do Congresso, instituições fundamental do modelo de democracia representativa moderno.

TABELA 4 – Tabela de contingência e teste de Qui-Quadrado entre as questões: “Agora mudando de assunto, com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. Está mais de acordo:” e “Quando o país enfrenta dificuldades é justificável que o presidente feche o Congresso e governe sem ele?”

Quando o país enfrenta dificuldades é justificável que o presidente feche o Congresso e governe sem ele?	Em relação à democracia, você acredita que:		
	Tanto faz	A democracia é preferível	Governo autoritário é melhor
Sim, justifica	19,0%	13,4%	18,5%
Não justifica	81,0%	86,6%	81,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Teste de Qui-Quadrado = 6,63*

Foi utilizado o peso estratificado para a correção do percentual de respondentes.

Fonte: Barômetro das Américas 2012 - LAPOP

A Tabela 5 mostra que, de modo levemente menor, 10,1% dos democratas acham justificável a dissolução do STF pelo presidente em caso de dificuldade. Mais uma vez esse percentual é levemente maior entre os indiferentes e os autoritários. Essa semelhança entre STF e Congresso chega mesmo a ser uma surpresa dado que, conforme indicam várias pesquisa, os brasileiros, de modo geral, desconfiam mais das instituições legislativas do que do poder judiciários. Todavia, o que nos interessa, é que ao menos 1/10 dos democratas estão dispostos a aceitar medidas autoritárias extremas como a dissolução do Congresso e do STF pelo presidente da República.

TABELA 5 – Tabela de contingência e teste de Qui-Quadrado entre as questões: “Agora mudando de assunto, com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. Está mais de acordo:” e “Quando o país enfrenta dificuldades é justificável que o presidente dissolva o Supremo Tribunal Federal e governe sem ele?”

Quando o país enfrenta dificuldades é justificável que o presidente dissolva o Supremo Tribunal Federal e governe sem ele?	Em relação à democracia, você acredita que:		
	Tanto faz	A democracia é preferível	Governo autoritário é melhor
Sim, justifica	15,9%	10,1%	19,8%
Não justifica	84,1%	89,9%	87,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Teste de Qui-Quadrado = 18,16***

Foi utilizado o peso estratificado para a correção do percentual de respondentes.

Fonte: Barômetro das Américas 2012 – LAPOP

O que dizer em relação às possíveis intervenções militares? A Tabela 3 demonstra essa atitude em relação a uma possível crise de desemprego. Nesse caso, e em patamares semelhantes ao das atitudes anteriores, o percentual de pessoas que acham um golpe militar justificável nessa situação alcança 11,8% entre os democratas, 21,4% entre os indiferentes e, por fim, 19,8% entre os autoritários.

TABELA 6 – Tabela de contingência e teste de Qui-Quadrado entre as questões: “Agora mudando de assunto, com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. Está mais de acordo:” e “Justificaria um golpe militar diante de uma taxa de desemprego muito alta?”

Justificaria um golpe militar diante de uma taxa de desemprego muito alta?	Em relação à democracia, você acredita que:		
	Tanto faz	A democracia é preferível	Governo autoritário é melhor
Sim, justifica	21,4%	11,8%	19,8%
Não justifica	78,6%	88,2%	80,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Teste de Qui-Quadrado = 18,27***

Foi utilizado o peso estratificado para a correção do percentual de respondentes.

Fonte: Barômetro das Américas 2012 – LAPOP

A Tabela 7, por sua vez, mostra dados mais preocupantes. Ao cruzar as questões de adesão à democracia com a de justificação de um golpe militar observamos que mais de 30% dos que afirmam preferir à democracia estão dispostos a abandonar o regime no caso de altas taxas de crime no país. Esse percentual chega a quase 50% entre os indivíduos que consideram indiferente o tipo de regime e a 41% entre os que acreditam que um governo autoritário é, em algumas circunstância, melhor.

TABELA 7 – Tabela de contingência e teste de Qui-Quadrado entre as questões: “Agora mudando de assunto, com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. Está mais de acordo:” e “Justificaria um golpe militar diante de uma taxa de crime muito alta?”

Justificaria um golpe militar diante de uma taxa de crime muito alta?	Em relação à democracia, você acredita que:		
	Tanto faz	A democracia é preferível	Governo autoritário é melhor
Sim, justifica	48,2%	31,4%	41,0%
Não justifica	51,8%	68,6%	59,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Teste de Qui-Quadrado = 23,86***

Foi utilizado o peso estratificado para a correção do percentual de respondentes.

Fonte: Barômetro das Américas 2012 – LAPOP

A Tabela 8 vai na mesma direção da anterior: cerca de 32% dos democratas acham um golpe militar justificável no caso de muita corrupção, enquanto 43,2% dos indiferentes e 45,4% dos autoritários aceitariam o golpe nessa situação. De fato, para ambas as situações – crime e corrupção – um golpe militar parece justificável para nada menos que quase 1/3 dos indivíduos que afirmam aderir à democracia.

TABELA 8 – Tabela de contingência e teste de Qui-Quadrado entre as questões: “Agora mudando de assunto, com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. Está mais de acordo:” e “Justificaria um golpe militar diante de muita corrupção?”

Justificaria um golpe militar diante de muita corrupção?	Em relação à democracia, você acredita que:		
	Tanto faz	A democracia é preferível	Governo autoritário é melhor
Sim, justifica	43,2%	32,3%	45,4%
Não justifica	56,8%	67,7%	54,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Teste de Qui-Quadrado = 19,20***

Foi utilizado o peso estratificado para a correção do percentual de respondentes.

Fonte: Barômetro das Américas 2012 – LAPOP

Podemos dizer, através do conjunto de dados apresentados, que, de fato, o adesão à democracia no Brasil merece ser problematizada, conforme já feito em trabalhos anteriores por Colen (2008), Moisés (2008) e Carrion (2009). Ainda que os dados não apresentem nenhum número alarmante ou que coloque em dúvida a consolidação do regime democrático (Linz & Stepan, 1996), nossa pesquisa demonstra que nem todos os democratas estão dispostos a seguir as regras do jogo. Em alguns casos – que oscilam em 10% e 30% – eles estão dispostos a aceitar medidas autoritárias e golpes militares. Esse permissão é ainda mais entre os indiferentes e os autoritários. Nota-se, em relação a esses dois últimos, que as diferenças são muito pequenas, ou seja,

aquele que considera o regime político indiferente tem atitudes tão ou mais autoritárias do que os que preferem deliberadamente um regime autoritário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que de forma limitada, com dados ainda preliminares e de natureza descritiva, nossa pesquisa reforça a necessidade de aprofundar e qualificar a adesão à democracia no Brasil. Apesar de ser uma atitude que predomina na população, pode-se observar através dos dados apresentados que em situações sociais e econômicas adversas, parcela significativa dos “democratas” estão dispostos a abandonar sua posição. Esses dados são mais preocupantes em situações de muito crime ou corrupção onde mais de 30% dos democratas consideram justificável um golpe militar. Esse número é, evidentemente, ainda maior entre os indiferentes e autoritários.

Dados mais robustos e modelos de análise mais sofisticados são necessários para explorar a natureza dessas atitudes, porém, pode-se argumentar que sua explicação passa pelas características do que Diamond (1994) chama de “camadas arqueológicas” da cultura política de cada país. No caso do Brasil – como também em outros países de novas democracias – essas camadas representam o legado das desigualdades econômicas e da experiência autoritária. Os próximos passos da pesquisa seguirão esse caminho: explorar de forma estratificada as atitudes políticas em relação à adesão ao regime entre diferentes públicos segmentados em razão de sua condição sócioeconômica e de sua experiência geracional, ou seja, qual a relação de vivência – ou talvez de não vivência – no interior do regime militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G. & VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park, Calif.: Sage Publications, 1963.

ALMOND, G.. “The Study of Political Culture”. In: ALMOND, G. *A discipline Divided: schools and sects in Political Science*. Newbury Park: Sage Publications, 1989, pp.138-156.

BRATTON, M.; MATESS, R. Learning about Democracy in Africa: Awareness, Performance, and Experience, *Journal of Democracy* . 2007.

BRATTON, M. Formal Versus Informal Institutions. *Journal of Democracy* 18(3). 2007.

BARRY, B. *Sociologists, Economists, and Democracy*. Chicago: Chicago University Press, 1988.

CARRIÓN, Julio F. Illiberal Democracy and Normative Democracy: How is Democracy Defined in the Americas? In SELIGSON, Mitchell A.(Editor). *Challenges to Democracy in Latin America and the Caribbean: Evidence from the AmericasBarometer 2006-07*. United States: Agency for International Development (USAID) Public Opinion Project (LAPOP), March 2008.

COLEN, C. M. L. *Os determinantes do apoio à democracia nos países da América Latina*, 2008.

DALTON, R. J. Political Support in Advanced Industrial Democracies in NORRIS, P. (Editor). *Critical citizens: global support for democratic government*. Cambridge: Oxford University Press, 1999.

DALTON, R. &, SHIN, D. C. *Democratic Aspirations and Democratic Ideals: Citizen Orientations toward Democracy in East Asia*. 2003.

DALTON, R. J. Democratic Challenges, Democratic Choices: *The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies (comparative politics)*. Oxford University Press, USA, 2004.

DIAMOND, L. *Political Culture and Democracy in Developing Countries*. London: Lynne Rienner, 1994.

EASTON, D. *A system analysis of political life*. Nova York, Wiley, 1965.

GHUNTER, R. & MONTEIRO, J. R. (2003). Legitimidade política em novas democracias. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. IX, nº 1.

- HUNTINGTON, S. *Democracy's Wave*. Source: World Bank. *World Bank Development Report*. New York: Oxford University Press, 1990.
- INGLEHART, R. & WELZEL, C. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo/Brasília, 2009.
- KLINGEMANN, H. Mapping Political Support in the 1990s: A Global Analysis in NORRIS, P.(editor). *Critical citizens: global support for democratic government*. Cambridge: Oxford University Press, 1999.
- LAGOS, M. A máscara sorridente da América Latina. *Opinião pública*, 2000.
- LINZ, J. J; STEPAN, A. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- MISHLER, W.; ROSE, R. Five Years After the Fall: Trajectories of Support for Democracy in Post-Communist Europe in NORRIS, P. (editor). *Critical citizens: global*
- DALTON, R. & ONG, H. Authority Orientations and Democratic Attitudes. *Japanese Journal of Political Science*, 2005.
- MOISES, J. A. Cultura política, instituições e democracia – Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais(RBCS)*, vol. 23, nº66. 2008.
- _____. *Democracia e Confiança – Porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* EDUSP. 2010.
- NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic government*. Cambridge: Oxford University Press, 1999.
- NORRIS, Pippa. *Democratic Deficit – Critical Citizens Revisited*. Cambridge. New York. 2011.
- POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança Política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v.XI, n. 1, p.64-93, (2005).

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RENNÓ, Lucio R.; SMITH, Amy E.; LLOYD, Mattheu L.; PEREIRA, Frederico Pereira. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.

ROSE, R. & SHIN, D. C. (2001), “Democratization and backwards: the problem of third Wave democracies”. *British Journal of Political Science*, 31 (2): 331-375
MISHLER, W. & ROSE, R. What are the political consequences of trust? A Test of Cultural and Institutional Theories in Russia. *Comparative Political Studies*, v.20(10), 2005.

SCHEDLER, Andreas; SANSFIELD, Rodolfo. Democrats with adjectives: Linking Direct and Indirect Measures of Democratic Support. *Afrobarometer Paper*, nº.45, pg inicial final, November 2004.

SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A.; GÓMEZ B.,M. Os contornos da cidadania crítica. *OPINIÃO PÚBLICA*. Vol. 12, nº 1, p. 01-37. Campinas. 2006.